

MEMÓRIA – 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA (VIRTUAL)

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN (BIÊNIO 2025-2027)

Santo André, 28 de Abril de 2026

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Edinilson Ferreira dos Santos – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (Presidência);
- Valdemar Campião Junior – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas;
- Eriane Justo Luiz Savóia – secretária executiva e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Nathalia Oliveira Padovanni Pinto – representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Simone Fernandes Valadares da Silva – representante titular do Departamento de Resíduos Sólidos do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Eudes Farina Grandolpho – representante suplente do Departamento de Resíduos Sólidos do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Priscila Viana Higa Trevisan – representante suplente da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Luiz Carlos Franco da Silva – representante titular da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Laura Machado Leite – representante suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Santo André;

- Rafaela de França – representante titular da Gerência de Educação e Mobilização do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Fernanda Longhini Ferreira – representante titular da Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Rodrigo Romão – representante suplente da Gerência de Controle Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Fernanda Cristina Brigo da Cruz – representante suplente da Coordenadoria de Comunicação Social do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Priscila de Oliveira – representante titular do Departamento de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Cintia Aparecida Rossati Xavier – representante suplente do Departamento de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Lilian Chinez Moreno – representante suplente da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Edilene Vieira Fazza – representante titular da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santo André.
- Fernanda Longhini Ferreira – representante titular da Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Rodrigo Romão – representante suplente da Gerência de Controle Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Paloma Alvarez Alonso – representante titular da Coordenadoria de Comunicação Social do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Fernanda Cristina Brigo da Cruz – representante suplente da Coordenadoria de Comunicação Social do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;

- Priscila de Oliveira – representante titular do Departamento de Proteção e Defesa Civil da Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas;
- Carla Adriana Bassetto da Silva – representante titular da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Alberto Renan Gama Ferreira – representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Gustavo Vieira Toth – representante suplente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Edilene Vieira Fazza – representante titular da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santo André.

Sociedade Civil:

- Marta Angela Marcondes – representante titular do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC;
- José Armando Rocha – representante titular dos Moradores do Parque Andreense;
- Miguel Malta Magro – representante titular dos Moradores da Macrozona Urbana;
- Daniela Bergamini – representante suplente dos Moradores de Paranapiacaba;
- Magali Aparecida dos Santos – representante titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região;
- Claudio Augusto da Costa Menezes – representante titular do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo;
- Luana Gomes Lima – representante suplente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo;
- Rogério Ribeiro – representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil – 38ª Subseção;
- Guilherme Solci Madeira – representante titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo;

- Amanda Alves Gomes – representante titular do Centro Universitário Fundação Santo André;
- Clayton Mendes da Costa – representante titular do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André;
- Renê Monico – representante titular da Oito Elementos Sustentabilidade.

Convidados:

- Andréa O. C. Jesus – Departamento de Gestão Ambiental / Semasa;
- Susi Elena dos Santos – Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas / Semasa;
- Bruno Brito dos Santos – Departamento de Resíduos Sólidos / Semasa.

PAUTA

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretaria Executiva;
- Pauta:
 - I. Resultados do Projeto financiado pelo FUMGESAN “A3P Santo André: Envolvimento dos Servidores Públicos Municipais na Implantação de uma Agenda Ambiental na Administração Pública”;
 - II. Projeto de Implantação de Telhado Verde em Santo André.

ABERTURA

- A reunião iniciou-se às 18h45, em segunda chamada, com o quórum necessário para a instalação dos trabalhos.

INFORMES DA PLENÁRIA

- Edinilson (SMAMC/PMSA) perguntou se a plenária gostaria de registrar algum informe.
- José Armando Rocha (Representante dos Moradores do Parque Andreense), com anuência da Presidência, expôs à plenária os seguintes informes e questionamentos:

Reunião do Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense (CMRPPA) em 27.04.2026

Comentou que, durante a realização do referido evento, a plenária solicitou o encaminhamento de alguns tópicos para esclarecimento e/ou contribuição do Comugesan, quais sejam:

1. Verificar possibilidade de uso de recursos provenientes de compensação ambiental – considerando as intervenções programadas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para implantação de empreendimento que visa à transposição de água entre os Reservatórios Rio Pequeno (Billings) e Taiaçupeba – em benefício da sustentabilidade socioambiental da região do Parque Andreense;
 2. Convidar os membros do CMRPPA para participação de eventual consulta pública a respeito da destinação dos recursos compensatórios atrelados ao projeto supracitado;
 3. Atualizar informações sobre a implantação da estação de coleta no Parque Andreense.
- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA), quanto à compensação ambiental referenciada pelo conselheiro José Armando (Representante dos Moradores do Parque Andreense), esclareceu que, em razão de o licenciamento da intervenção ser gerido pela Companhia do Estado de São Paulo (CETESB), o SEMASA não possui a prerrogativa de definir os termos da relação compensatória.
 - Em relação à possibilidade de melhorias para a região do Parque Andreense que tenham por objetivo compensar os impactos das obras executadas pela SABESP, informou que será preciso realizar uma reunião com o CMRPPA para alinhamento sobre essa expectativa, uma vez que, por ora, a compensação tem sido tratada exclusivamente em termos de plantio.
 - A respeito da estação de coleta do Parque Andreense, Edinilson (SMAMC/PMSA) afirmou que a construção do espaço será consolidada

junto à sede da Subprefeitura do Parque Andreense, e que o SEMASA possui, no contexto das obras, a atribuição de disponibilizar a infraestrutura pertinente à coleta e destinação de resíduos. Comprometeu-se a dialogar com a Subprefeitura para trazer mais esclarecimentos ao Conselho sobre o andamento da implantação do equipamento.

- Priscila de Oliveira (DPDC/PMSA) reforçou a necessidade de indicação de 1 representante titular e 1 representante suplente da Sociedade Civil do Comugesan para composição do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, durante a vigência do biênio 2026-2028. Destacou que a Defesa Civil de Santo André tem disponibilizado em seu site informações climatológicas e boletins mensais com o panorama climático da cidade (acesso em: <https://portais.santoandre.sp.gov.br/defesacivil/>).
- Eriane (DGA/SEMASA) perguntou quem, entre os membros da Sociedade Civil do Conselho, gostaria de integrar o COMPDEC-SA.
- Luana Gomes Lima (SEESP) manifestou interesse em participar como representante titular.
- Como não houve, prontamente, indicação de suplente, Edinilson (SMAMC/PMSA) recomendou registrá-la até o encerramento da presente reunião.
- A plenária aprovou a proposição.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Eriane (DGA/SEMASA) informou que no dia 29 de abril de 2026 (quarta-feira), das 8h às 17h, no Parque Tecnológico de Santo André – situado na Rua Visconde de Taunay, 70 – Centro, ocorrerá a Conferência Livre dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, onde serão debatidas e priorizadas, dentro de eixos temáticos específicos, propostas para a etapa nacional do evento.

APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE REINCIDÊNCIAS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS REFERENTES AO PERÍODO DE 01.03.2026 A 31.03.2026

- Edinilson (SMAMC/PMSA) informou que a plenária recebeu os relatórios com antecedência. Perguntou se há alguma consideração a ser feita a respeito dos documentos.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, os relatórios foram aprovados por unanimidade.

APROVAÇÃO DOS PARECERES DA CÂMARA TÉCNICA DE INFRAÇÕES E PROCESSOS AMBIENTAIS, EMITIDOS EM 15.04.2026

- Edinilson (SMAMC/PMSA) informou que a plenária recebeu os pareceres da CTI com antecedência. Perguntou se há alguma consideração a ser feita sobre os documentos.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, os pareceres foram aprovados por unanimidade.

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA VIRTUALMENTE EM 24.03.2026

- Edinilson (SMAMC/PMSA) perguntou se a plenária gostaria de tecer algum comentário a respeito dos registros em ata.
- Não houve nenhuma manifestação em contrário. Portanto, a memória foi aprovada por unanimidade.

PAUTA

1º ITEM

RESULTADOS DO PROJETO FINANCIADO PELO FUMGESAN “A3P SANTO ANDRÉ: ENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NA IMPLANTAÇÃO DE UMA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”

- Edinilson (SMAMC/PMSA) convidou o engenheiro ambiental Bruno Brito dos Santos para a exposição da matéria.
- Bruno (Convidado) informou que atuou como coordenador do projeto em questão.



A3P – AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



PROGRAMA A3P

- O programa **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)** foi proposto em 1999 pelo então Ministério do Meio Ambiente.
- Ele objetiva criar uma gestão pública pautada pela **responsabilidade socioambiental**, incentivando hábitos e práticas sustentáveis no ambiente de trabalho das servidoras e dos servidores públicos.





PROJETO A3P – SANTO ANDRÉ

- 2022 • Inscrição, seleção e aprovação do projeto A3P ao **edital do Fumgesan**
- 2023 • Em 18 de abril, a Agenda Ambiental é **instituída no âmbito da administração** direta e indireta pelo Decreto 18.096
- 2023 • Em 20 de abril, **o projeto andreense é lançado** oficialmente ao município
- 2023 • Em 23 de julho, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima celebra a **assinatura do Termo de Adesão**
- 2026 • Finalização do Financiamento do projeto pelo Fumgesan. A Agenda Ambiental continuará pela **comissão gestora** intersecretarial

EIXOS DE ATUAÇÃO

O artigo 5º da Portaria MMA nº 326/2020 define os seis eixos temáticos que devem orientar as ações na instituição:

- I. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- II. Gestão adequada dos resíduos gerados;
- III. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- IV. **Sensibilização e capacitação dos servidores;**
- V. Contratações públicas sustentáveis;



PARCEIROS

O projeto A3P só acontece de forma efetiva porque ele recebe apoio e contribuições de vários parceiros, que também contribuem para a articulação das atividades.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Fumgesan
Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental

METODOLOGIA



SENSIBILIZAÇÃO

Encontros, materiais informativos, rodas de conversa com os servidores e visitas para promover trocas de saberes e vivências.



MOBILIZAÇÃO

Por meio de ações práticas e intervenções artísticas, buscou-se envolver os funcionários na mudança de comportamento.



MUDANÇA DE ATITUDE

A modificação dos espaços, com a instalação de equipamentos como as composteiras, auxilia na prática de hábitos sustentáveis

OBJETIVOS

- Reduzir o uso de plástico e de papel
- Economizar água e energia elétrica
- Incentivar a participação na coleta seletiva
- Reaproveitar resíduos orgânicos para compostagem
- Implementar composteiras e hortas comunitárias no ambiente de trabalho



METAS ALCANÇADAS



ENVOLVIMENTO

Mais de **600 funcionários** participaram de todas as atividades (visitas, conversas e esquetes teatrais)



IMPLANTAÇÕES

Entrega de **1.500 canecas de alumínio**, de cerca de **600 caixas de reciclagem**, além de **composteiras**



COMUNICAÇÃO

13 boletins informativos, **6 notícias** para a mídia regional e **1 coletiva de imprensa**



PRÊMIO A3P

Santo André foi a Brasília em 2024 para receber o **10º Prêmio A3P 2024 – Melhores Práticas de Sustentabilidade.**

A iniciativa andreense concorreu com 19 projetos inscritos na categoria “Sensibilização e capacitação dos servidores” e conquistou o 2º lugar.

PRÊMIO EGEA

A Escola de Governo do Executivo Andreense entregou o **Prêmio Egea do Servidor Andreense - Excelência no Serviço Público 2025** – à equipe A3P.

O reconhecimento se deu no dia do Servidor Público, em virtude da parceria com o Programa Transformando Vidas.





COMISSÃO GESTORA



Nomeada por portaria, a comissão gestora é composta por integrantes das secretarias:

1. Meio Ambiente e Mudanças Climáticas / Semasa
2. Manutenção e Serviços Urbanos
3. Desenvolvimento Urbano e Habitação
4. Educação
5. Saúde
6. Inovação e Tecnologia

PRÓXIMOS PASSOS







AGRADECIMENTOS

- **Parceiros** (Governo Federal, Fumgesan, Emea, Egea, SA 500 anos)
- **Departamentos:** Jurídico, Comunicação, Superintendência, Administrativo e Financeiro, Resíduos Sólidos, Gestão Ambiental e Suprimentos e Apoio Administrativo
- **Comissão gestora**
- **Todos os servidores públicos!**



- Encerrada a exposição, Edinilson (SMAMC/PMSA) abriu espaço para as manifestações da plenária.
- Guilherme Solci Madeira (CAU/SP) parabenizou o projeto. Considerando que o tempo de financiamento pelo FUMGESAN refere-se a um período de 12 meses, e que a iniciativa foi concebida no ano de 2023, perguntou quem está financiando atualmente as ações do A3P.
- Bruno (Convidado) esclareceu que o projeto se arrastou por três anos, devido a inúmeros percalços enfrentados pela equipe coordenadora, tais como rompimento abrupto de parcerias estabelecidas e impossibilidade de contratações específicas. Portanto, o recurso concedido pelo Fundo ficou retido durante a inexecução de algumas etapas, sendo reutilizado em 2025.
- Ressaltou que estão previstas mais atividades do A3P, pontuando, no entanto, que serão executadas conforme a disponibilidade orçamentária da Prefeitura Municipal de Santo André e/ou do Semasa.
- Guilherme (CAU/SP) frisou a necessidade de esclarecimento a partir da operação realizada quanto ao uso do recurso para viabilização do projeto, se houve prorrogação de prazo para a sua entrega ou empenho adicional no ano de 2025.

- Edinilson (SMAMC/PSA) relatou que, para além das dificuldades mencionadas pelo convidado Bruno, em 2024, por ter sido ano eleitoral, recomendou-se internamente a paralisação do projeto, a fim de não configurar nenhum tipo de ação promocional voltada a interesses e fins políticos – fato que culminou em atraso na entrega dos resultados do projeto. Destacou que os pedidos de aditamento foram avaliados e acatados pelo Grupo Gestor do FUMGESAN, conforme previsão legal.
- Guilherme (CAU/SP) perguntou se as indicações do Poder Público para composição de Comissão Especial responsável pelos trabalhos de revisão do Edital FUMGESAN foram definidas.
- Encerradas as manifestações da plenária, prosseguiu-se para o segundo item da pauta.

2º ITEM

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE TELHADO VERDE EM SANTO ANDRÉ

- Edinilson (SMAMC/PMSA) convidou a conselheira Luana Gomes Lima, representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, para a exposição da matéria.
- Luana (SEESP) iniciou a exposição à plenária.



TELHADO VERDE

Contenção das Ilhas de calor

**PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE TELHADO VERDE NO
INSTITUTO CORAÇÃO DE JESUS EM SANTO ANDRÉ
COM PROPOSTA DE REDUÇÃO DAS ILHAS DE CALOR**

1 - Introdução

O crescimento exponencial das metrópoles tem causado grandes impactos na qualidade de vida do ser humano.



Fonte: alevieira

1 - Introdução

Nesta pesquisa tivemos o intuito de apresentar uma solução utilizada a muitos anos em antigas civilizações



Fonte: <http://telhadosciativos.blogspot.com/2012/03/origem-dos-telhados-verdes.html>

3 – Objetivos

Objetivo Geral

Projeto de implantação de do telhado verde no Instituto Sagrado Coração de Jesus, visando a redução das ilhas de calor na área do prédio e entorno.

3 – Objetivos

Objetivos Específicos

- Avaliar se a o telhado verde pode colaborar com a redução das ilhas de calor;
- Mostrar os tipos telhados verdes;
- Apresentar os benefícios da construção de um telhado verde;
- Mostrar a aplicação do sistema construtivo e manutenção;
- Custos x benefícios econômicos;
- Apresentar as demais funcionalidades do telhado verde , como captação e reutilização de água pluvial.

5 - Referencial Teórico

Aplicabilidade

Os telhados verdes podem ser aplicados em todos os tipos de construções :

- Residências
- Edifícios
- Industrias
- Comércio

5 - Referencial Teórico

Regulamentação

- Já temos decretos sendo aprovados por lei onde sugere a obrigatoriedade da implantação dos telhados verdes.
- A instalação dos telhados verdes possuem a certificação LEED - Leadership in Energy and Environmental Design).

4 - Metodologia

A instituição faz parte do município de Santo André – S.P, e foi fundada em 19 de Junho de 1927.



Fonte: www.google/maps/institutocoracaodejesus.com.br

4 - Metodologia

Fatores Agravantes

- Concentração de construções verticais ao redor da instituição
- Número elevado de pedestres
- Região de grande concentração de lojas, bancos, comercios.
- Circulação de veículos
- Falta de arborização

4 - Metodologia

O instituto Sagrado coração de Jesus encontra os seguintes problemas:



Fonte: www.googlemaps.com

- O prédio é construído de concreto armado, folhas de zinco e telhas;
- Ao seu redor existem outras construções seguindo o mesmo padrão;
- Não existem vegetação nas áreas externas dos prédios;
- Grande número de circulação de pedestres;
- Grande movimentação de veículos;
- Grande centro comercial ao redor;

4 - Metodologia

Telhado verde nada mais é do que a adaptação de um projeto arquitetônico, da qual é utilizada uma camada vegetal com uma base que repele a água, podendo ser aplicada em lajes ou telhados convencionais.



Fonte: EcoCasa

4 - Metodologia

Vantagens

- Redução de Poluição
- Combate as Ilhas de Calor
- Isolamento térmico das Edificações
- Isolamento de Ruídos
- Ajuda na drenagem da água da chuva
- Reduz o consumo de energia
- Embeleza a edificação e a cidade

4 - Metodologia

Desvantagens

- Necessidade de Manutenção
- Gasto Inicial Alto
- Restrições quanto a estrutura
- Mão de obra especializada

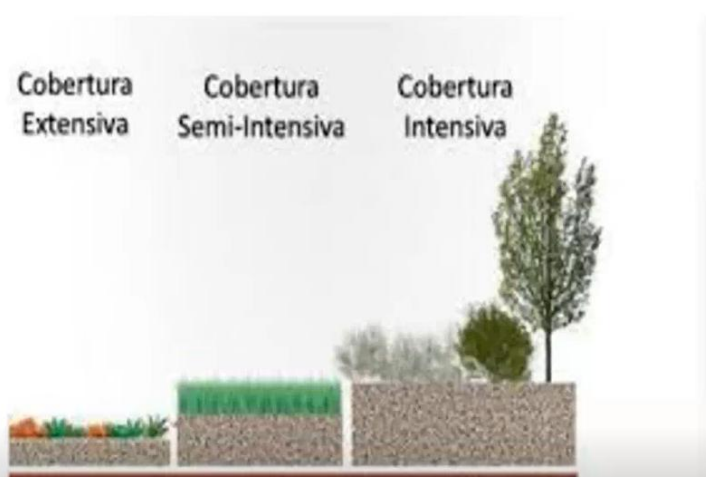
4 - Metodologia

Redução de Ilhas de Calor

Uma das soluções para as ilhas de calor seriam medidas para diminuir a emissão de poluentes em áreas urbanas, cobertura vegetal, plantio de árvores e a preservação de áreas verdes também são capazes de amenizar os efeitos das ilhas de calor.

4 - Metodologia

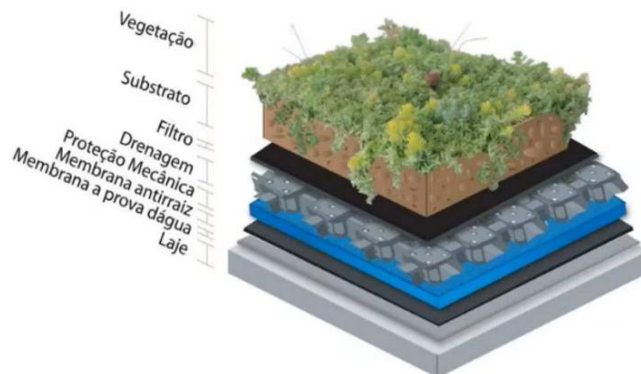
Tipos de Telhados Verdes



Fonte: Siqarra.up.pt

4 - Metodologia

Componentes do telhado verde



Fonte: <https://engenheironaweb.com>

4 - Metodologia

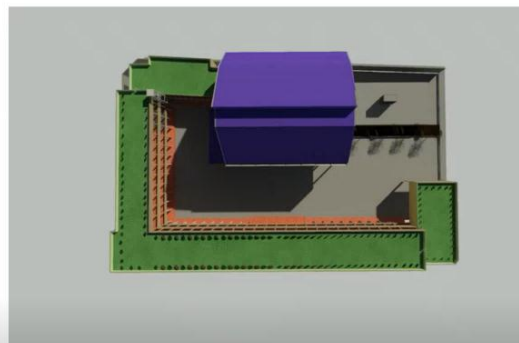
Etapas De Aplicação de Telhado Verde

- Dimensionamento da laje.
- Impermeabilização.
- Camada drenante.

6 - Proposta



Fonte: Autor



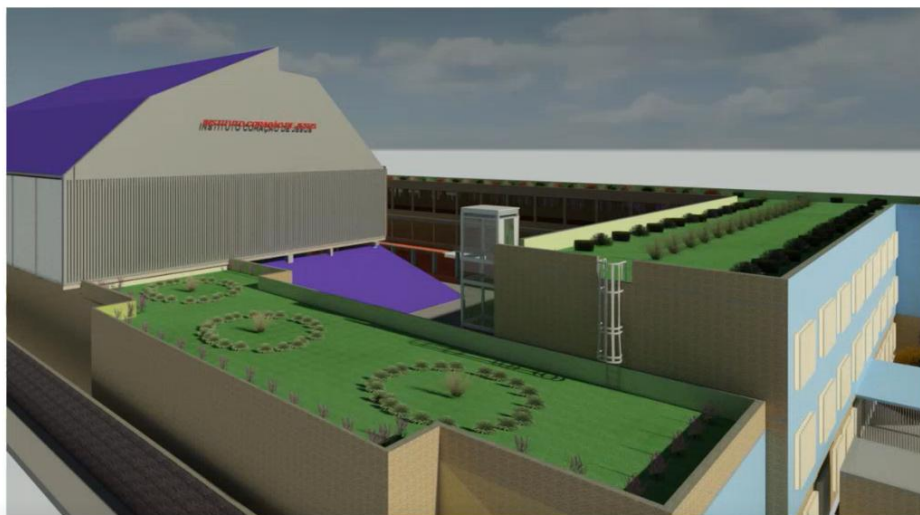
Fonte: Autor

6 - Proposta



Fonte: Autor

6 - Proposta



Fonte: Autor

8 - Conclusão

Levando em consideração a análise do quadro não só da instituição, mas sim uma análise como um todo das edificações que cercam o local de estudo, conclui-se que a instalação pode ser implementada, e que irá impactar na redução das grandes ilhas de calor que se estendem como um todo no edicício do instituto Sagrado Coração de Jesus e entorno.

“A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.”

Nagib Anderáos Neto

- Encerrada a exposição, Edinilson (SMAMC/PMSA) abriu espaço para as manifestações da plenária.
- Rogério Ribeiro (OAB) comentou sobre a necessidade de investir no incremento de áreas verdes dentro da região central da cidade, a exemplo do projeto apresentado. Perguntou à Presidência se o Poder Público Municipal dispõe de vegetação para a instalação de telhados e fachadas verdes pelo setor privado.
- Edinilson (SMAMC/PMSA) esclareceu que a Prefeitura não distribui insumos de vegetação para a finalidade citada, pois o fornecimento fica restrito aos plantios executados pela pasta competente dentro do território como um todo.
- Guilherme (CAU/SP) frisou a importância da mobilização via Conselho de modo mais incisivo, a fim de que os membros operem dentro das políticas públicas municipais como agentes catalisadores, sugerindo, permanentemente, inovações, contribuições e reflexões sobre os modelos de infraestrutura socioambiental vigentes, tais como o Plano Municipal de Drenagem e o Plano Diretor.

- Rogério Ribeiro (OAB) apontou a importância de criar uma interlocução mais direta com a Sociedade Civil, permitindo, desse modo, maior agilidade na absorção e implementação de soluções e tecnologias do ponto de vista ambiental pelas instâncias do Poder Público.
- Edinilson (SMAMC/PMSA) leu o seguinte comentário registrado no chat pelo conselheiro Renê Monico (Oito Elementos Sustentabilidade):

“[...] gostaria de complementar o que o Guilherme está dizendo. Já vimos vários projetos interessantes, importantes, mas que são sempre iniciativas, pontuais, temos dificuldade de saber se todas as iniciativas que vemos, estão dentro de Políticas Públicas, e se elas existem”

- Acerca do exposto pelo conselheiro Renê (Oito Elementos Sustentabilidade), comentou que o município de Santo André, por ter aderido ao pacto global contra o calor extremo, terá acesso a metodologias aplicadas pelo governo federal e por organismos internacionais, bem como a financiamentos específicos para a formulação de ações climáticas efetivas dentro do território. Ressaltou que a minuta da Política de Mudança do Clima está sendo delineada internamente pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Santo André, e que, até junho de 2026, será submetida à apreciação do Comugesan e à aprovação posterior na Câmara Municipal de Santo André.
- Quanto ao Plano de Drenagem, informou que foi contratada uma consultoria com recurso concedido pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para revisão técnica e legal. Acrescentou que, no momento, a gestão municipal precisa alinhar com a contratada o plano de trabalho desenvolvido internamente
- Comentou que é interesse da pasta ambiental instituir um distrito de baixa emissão de poluentes, a princípio na região central da cidade, abarcando propostas e soluções tecnológicas como o projeto de implantação de telhado e fachada verde.
- Rodrigo Romão (GCA/SEMASA) lembrou que o projeto aprovado pelo Fumgesan, referente ao uso de drone térmico e monitoramento da qualidade do ar, pode subsidiar as iniciativas ambientais mencionadas ao longo da discussão a partir de amostras das condições atmosféricas e climáticas verificadas em campo.

- Luana (SEESP) perguntou se, dentro da esfera pública municipal, existe a possibilidade de elaborar um decreto que incentive ações favoráveis ao resfriamento climático da cidade, considerando o pacto global assinado.
- Edinilson (SMAMC/PMSA) respondeu que o decreto, para ser regulamentado, precisa de uma lei que o embase. Acrescentou que, no momento, não há na legislação vigente que verse sobre o assunto. Informou que, alinhado com a perspectiva de resfriamento climático, o projeto do Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Favelas de Santo André (MDDF) “Favelas Verdes Resilientes”, financiado pelo Ministério das Cidades, que tem como área de atuação a região da Nova Centreville, tem em seu escopo a aplicação de Soluções Baseadas na Natureza. Sinalizou que é possível discutir a implementação desse tipo de iniciativa nas práticas de planejamento habitacional, estruturando a cidade de modo mais sustentável.
- Guilherme (CAU/SP) solicitou que seja garantido ao Comugesan uma etapa de discussões e contribuições para a revisão do Plano Municipal de Drenagem Urbana, a fim de oferecer à empresa contratada e aos agentes públicos envolvidos na elaboração do plano de trabalho alguns direcionamentos em termos de escopo.
- Edinilson (SMAMC/PSA) concordou com o encaminhamento proposto pelo conselheiro Guilherme (CAU/SP), sugerindo que, nesse momento, o plano de trabalho seja apreciado e ajustado pelo olhar do colegiado. Comprometeu-se a providenciar a exposição da referida matéria já na próxima reunião ordinária, prevista para o dia 19 de maio de 2026.
- Marta Angela Marcondes (MDV) endossou a proposição do conselheiro Guilherme (CAU/SP), afirmando que a intervenção do Conselho é fundamental para o processo de revisão e validação do Plano de Drenagem.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- Com base nos apontamentos gerais da plenária, Edinilson (SMAMC/PNSA) registrou os seguintes encaminhamentos:
 1. Agendamento de reunião para discussão e esclarecimentos sobre o processo de revisão do Plano Municipal de Drenagem Urbana;

2. Definição de representantes do Poder Público para composição da Comissão Especial responsável pelos trabalhos de revisão do Edital Fumgesan;
 3. Indicação de representante suplente da Sociedade Civil do Comugesan para composição do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (Biênio 2026-2028).
- Marta (MDV) perguntou como estão as discussões e tratativas sobre a transposição do braço do Rio Pequeno (Billings) para o Reservatório Taiaçupeba. Requisitou apoio do Comugesan ao município de Rio Grande da Serra, que será impactado em larga escala pelas obras do empreendimento em questão.
 - Edinilson (SMAMC/PMSA) informou que o Davi Augusto Vieira (Encarregado de Atividades do Comugesan) registrou no chat todos os esclarecimentos referentes à nominação dos representantes do Poder Público para atuação na Comissão Especial responsável pelos trabalhos de revisão do Edital Fumgesan. Portanto, o segundo item de encaminhamento foi solucionado.

“Guilherme, só para esclarecimento: a Resolução que compõe a Comissão responsável pela revisão do processo seletivo do FUMGESAN foi publicada sob o nº 3/2026.

Os membros do Poder Público foram definidos internamente - Nathalia (DGA), Lilian (CAJ) e Rafaela (GEMA). Acredito que logo será criada a agenda do grupo”.

- José Armando Rocha (Representante dos Moradores do Parque Andreense) manifestou interesse em atuar como membro suplente pelo Comugesan no COMPDEC. Portanto, o terceiro item de encaminhamento foi solucionado.
- Quanto ao projeto de transposição, encabeçado pela SABESP, informou que todos os municípios afetados pelo empreendimento enviaram seus pareceres. No caso de Santo André, comentou que houve também envio de manifestação do Comugesan à Cetesb. Reforçou que o apoio ao município de Rio Grande da Serra foi solicitado, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a diversas representações estaduais com poder decisório, como SP ÁGUAS, CETESB e Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo etc. Mencionou que um dos interesses do Prefeito Municipal de Rio Grande da Serra é compor um fórum regional de discussão sobre o empreendimento para incorporar contribuições de entes da Sociedade Civil atuantes em conselhos de diversos municípios.
- Eriane (DGA/SEMASA) comentou que o Departamento de Gestão Ambiental está em contato com a SEMIL e com a própria CETESB,

podendo estender a interlocução a outras instâncias municipais, a fim de criar uma frente regional de discussão.

- Edinilson (SMAMC/PSA) solicitou que o Consórcio seja informado acerca do interesse da Sociedade Civil em intervir nas discussões mencionadas.
- Marta (MDV) corroborou a solicitação da Presidência, colocando-se à disposição para ingressar nas reuniões.
- Guilherme (CAU/SP) pontuou que, até o momento, não foi apresentado um estudo convincente que ateste a capacidade hídrica da Represa Billings, conforme apontado na manifestação formal encaminhada pelo Comugesan. Por este motivo, solicitou apoio do Semasa para esclarecimento da questão.
- Edinilson (SMAMC/PMSA) informou que registrará como encaminhamento a possibilidade de criar uma mesa de discussão técnica via Consórcio Grande ABC, em que participem a sociedade civil organizada, os agentes públicos do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Rio Grande da Serra para melhor entendimento e apreciação dos impactos e compensações ambientais atrelados às obras de transposição.

JUSTIFICATIVAS DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: Associação Comercial e Industrial de Santo André, Representante dos Moradores do Recreio da Borda do Campo, Parque Miami e Jardim Riviera, Representante dos Povos Tradicionais (Articulação Indígena ABC),

ENCERRAMENTO

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada deverá ser assinada por:

Eriane Justo Luiz Savóia
Secretária Executiva do Comugesan
Diretora do Departamento de Gestão Ambiental
SMAMC / SEMASA

Edinilson Ferreira dos Santos
Presidente do Comugesan
Secretário de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
SMAMC / SEMASA

Secretaria Executiva
Avenida José Caballero, 143 – Centro – Santo André
CEP 09040-210
Fone (11) 4433-9059

